

4 PREVENÇÃO E ESCOLA

Nesta seção, serão tratados três aspectos muito discutidos em relação à prevenção do uso indevido de drogas na escola. São eles: a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais dos ensinos fundamental e médio que confirmam a importância da formação para a cidadania e a pertinência da inclusão de temas transversais oriundos das necessidades reais da comunidade escolar; os impasses da interação familiar na prática preventiva da escola e as divergências de concepções entre adolescentes e a escola a respeito da prevenção.

4.1 A Proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais

Tratando-se da inserção do tema transversal referente à prevenção do uso indevido de drogas por adolescentes no currículo escolar, buscaram-se subsídios nos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN - tanto do ensino fundamental quanto do ensino médio, visto que a fase da adolescência compreende uma faixa etária situada nesses dois contextos.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais do ensino fundamental e médio – PCN -, elaborados em 1997, ao proporem uma educação comprometida com a cidadania, elegeram, baseados no texto constitucional, como princípios orientadores da educação escolar a dignidade da pessoa humana, a igualdade de direitos, participação ativa do cidadão no espaço público e co-responsabilidade pela vida social. Diante de tal

proposta, uma pergunta parece-nos pertinente: apenas os conteúdos convencionais, classicamente assumidos na escola, são suficientes para alcançarem esse fim?

A recomendação dos PCN do ensino fundamental ressalta que há outros temas diretamente relacionados com o exercício da cidadania, entre eles questões como saúde, violência, os preconceitos, meio ambiente e outros temas da vida social.

Acrescenta que:

“A eleição de conteúdos, por exemplo, ao incluir questões que possibilitem a compreensão e a crítica da realidade, ao invés de tratá-los como dados abstratos a serem aprendidos apenas para “passar de ano”, oferece aos alunos a oportunidade de se apropriarem deles como instrumentos para refletirem e mudar suas próprias vidas. Por outro lado, o modo como se dá o ensino e a aprendizagem, isto é, as opções didáticas, os métodos, a organização e o âmbito das atividades, a organização do tempo e do espaço que conformam a experiência educativa, ensinam valores, atitudes, conceitos e práticas sociais. Por meio deles pode-se favorecer em maior ou menor medida o desenvolvimento da autonomia e/o aprendizado da cooperação e da participação social. Entretanto, é preciso observar que a contradição é intrínseca a qualquer instituição social e, ainda que se considerem todas essas questões, não se pode pretender eliminar a presença de práticas e valores contraditórios na atuação da escola e dos educadores. Esse não é um processo simples... O resultado desse processo não é controlável nem pela escola, nem por nenhuma outra instituição: será forjado no processo histórico-social.” (MEC, 1997, p.26)

Além disso, os atuais PCN, tanto do ensino fundamental como do médio, incorporam a tendência da transversalidade, ou seja, a inclusão de um conjunto articulado e aberto de novos temas, buscando um tratamento didático que contemple sua complexidade e sua dinâmica, dando-lhes a mesma importância das áreas convencionais.

“O currículo ganha em flexibilidade e abertura, uma vez que os

temas podem ser priorizados e contextualizados de acordo com as diferentes realidades locais e regionais e outros temas podem ser incluídos.” (MEC, 1997, p.29)

Vejamos alguns dos critérios adotados pelos PCN do ensino fundamental, para a eleição dos temas transversais no trabalho escolar:

Urgência social – Esse critério indica a preocupação de eleger como temas transversais questões graves, que se apresentam como obstáculos para a concretização da plenitude da cidadania, afrontando a dignidade das pessoas e deteriorando sua qualidade de vida.

Abrangência nacional – Por ser um parâmetro nacional, a eleição dos temas buscou contemplar questões que, em maior ou menor medida, e mesmo de formas diversas, fossem pertinentes a todo o país. Isso não exclui a possibilidade e a necessidade de que as redes estaduais e municipais, e mesmo as escolas, acrescentem outros temas relevantes para sua realidade.

Favorecer a compreensão da realidade e a participação social – A finalidade última dos temas transversais se expressa neste critério: que os alunos possam desenvolver a capacidade de posicionar-se diante das questões que interferem na vida coletiva, superar a indiferença, intervir de forma responsável.

Assim, os temas eleitos, em seu conjunto, devem possibilitar uma visão ampla e consistente da realidade brasileira e sua inserção no mundo, desenvolvendo um trabalho educativo que possibilite a participação dos alunos.

Um dos temas transversais escolhidos pelos PCN do ensino fundamental é a saúde, que aborda:

“O nível de saúde das pessoas reflete a maneira como vivem, numa interação dinâmica entre potencialidades individuais e condições de vida. Não se pode compreender ou transformar a situação de um indivíduo ou de uma comunidade sem levar em conta que ela é produzida nas relações com o meio físico, social e cultural. Falar de saúde implica levar em conta, por exemplo, a qualidade do ar que se respira, o consumismo desenfreado e a miséria, a degradação social e a desnutrição, formas de inserção das diferentes parcelas da população no mundo do trabalho, estilos de vida pessoal. Atitudes favoráveis ou desfavoráveis à saúde são construídas desde a infância pela identificação com valores observados em modelos externos ou grupos de referência. A escola cumpre papel destacado na formação dos cidadãos para uma vida saudável, na medida em que o grau de escolaridade em si tem associação comprovada com o nível de saúde dos indivíduos e grupos populacionais. Mas a explicitação da educação para a Saúde como tema do currículo eleva a escola ao papel de formadora de protagonistas – e não pacientes – capazes de valorizar a saúde, discernir e participar de decisões relativas à saúde individual e coletiva. Portanto, a formação do aluno para o exercício da cidadania compreende a motivação e a capacitação para o autocuidado, assim como a compreensão da saúde como direito e responsabilidade pessoal e social.” (MEC, 1997, p.33-34,)

Com relação aos PCN do ensino médio, sabendo-se que a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei 9.394) confere ao ensino médio a identidade básica, tem-se que:

“... é a etapa final de uma educação de caráter geral, afinada com a contemporaneidade, com a construção de competências básicas, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como "sujeito em situação- cidadão.”(MEC,1997, In: <http://www.mec.gov.br/pcn>)

Na perspectiva da nova lei, o ensino médio deve contemplar, na prática educativa, a formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessários à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa, incluindo a formação ética, o desenvolvimento da autonomia intelectual e do

pensamento crítico. Visto por este ângulo, o objetivo da educação no ensino médio aposta no currículo, como instrumentação da cidadania, devendo abarcar conteúdos e estratégias de aprendizagem que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos três domínios da ação humana: " *a vida em sociedade, a atividade produtiva e a experiência subjetiva, visando a integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva.*" (MEC,1997,*In*: <http://www.mec.gov.br/pcn>)

Segundo os PCN, a transversalidade diz respeito à possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, a relação entre aprender na realidade e aprender da realidade a respeito dos conhecimentos teoricamente sistematizados, articulados às questões da vida real. Os temas transversais constituem-se, por isso, de singularidades específicas de cada realidade social e, portanto, os educadores devem ser capazes de ler e analisar as situações de necessidade para cada realidade em particular.

Dessa forma, para o ensino médio, incorporam-se como diretrizes gerais e orientadoras da proposta curricular quatro premissas básicas:

Aprender a conhecer - inclui a possibilidade de aprofundamento em determinada área de conhecimento, favorecendo o desenvolvimento intelectual e o senso crítico, permitindo a compreensão do real.

Aprender a fazer - engloba o desenvolvimento de habilidades e o estímulo ao surgimento de novas aptidões.

Aprender a viver - trata-se de aprender a viver juntos, desenvolvendo o conhecimento do outro e a percepção das interdependências, de modo a permitir a realização de projetos comuns ou a gestão inteligente dos conflitos inevitáveis.

Aprender a ser - aborda uma educação comprometida com o

desenvolvimento total da pessoa. Supõe a preparação do indivíduo para elaborar pensamentos autônomos e críticos e para elaborar seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir por si próprio, frente às diferentes circunstâncias da vida.

Os PCN dos ensinos fundamental e médio realçam uma educação voltada à formação de cidadãos críticos, capazes de serem responsáveis por seus projetos existenciais. Favorecem, portanto, um currículo aberto que abarque as necessidades complexas para a formação dos indivíduos. Tendo como alicerce as premissas dos PCN, é possível considerar a prevenção do uso indevido de drogas como um tema transversal no ensino médio, necessário e pertinente à formação dos cidadãos.

Nesse sentido:

“O currículo é um terreno de produção e de política cultural no qual os materiais existentes funcionam como matéria prima de criação, recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão.”
(Silva, 1994, p.28)

Nessa perspectiva apontada por Silva, a visão convencional do currículo é rejeitada e, ao invés de ser um veículo de algo a ser transmitido e passivamente absorvido, o currículo passa a ser um terreno em que ativamente se desenvolverão as relações reais e concretas da vida sócio-cultural dos educandos. *“Para isso é necessário que os analistas críticos se tornem menos “escolares” e mais “culturais”.*
(Silva, 1994: p. 33)

A contestação e transgressão que Silva aponta diz respeito à necessidade de os educadores estarem atentos às realidades apresentadas pelo aluno-cidadão pois, ao contrário, sutis mecanismos de controle e poder podem abafar a postura ética do educador, no sentido de atender normas racionalistas, pré-fixadas, colocando à deriva a

formação do educando.

Tendo em vista todos esses aspectos, parece ser possível afirmar que a inserção do tema transversal referente à prevenção do uso indevido de drogas se faz pertinente às propostas dos Parâmetros Curriculares Nacionais, constituindo-se, inclusive, como parte de seus documentos, ou seja, a saúde para o ensino fundamental e o aprender a ser para o ensino médio.

Nesse sentido, Busquets & Leal, assinalam:

“Finalmente, o conhecimento que as diferentes intervenções que as pessoas podem fazer para modificar um comportamento não desejado, assim como o valor da tomada de decisões e a responsabilidade individual destas, serão outros fatores fundamentais a tratar. Esta mesma perspectiva leva-nos a considerar que o tema da dependência de drogas deve ser abordado no âmbito escolar a partir da necessidade de tomar consciência e conhecer aquelas situações e relações que favorecem a autonomia e auto-estima, bem como aquelas outras situações e relações que favorecem dependência de todo tipo, não só dependências de produtos como as drogas mas também dependências sociais como o consumo, a moda, etc. Assim, gera-se a necessidade de um conhecimento das intervenções e decisões responsáveis que ajudam a manter um equilíbrio saudável com o ambiente, a fim de que as relações com ele deixem de ser dependentes e passem a ser autônomas.”
(Busquets & Leal, 1999, p.72)

A prevenção do uso indevido de drogas é reconhecidamente, uma demanda que se caracteriza como urgência social de abrangência nacional, vista a grande preocupação de várias autoridades governamentais, pais e educadores, com relação aos altos índices de consumo de drogas por adolescentes, nas últimas décadas.

As propostas teórico-críticas mais recentes acreditam num trabalho articulado com a realidade social dos alunos, que lhes forneça subsídios para a

formação de uma consciência mais crítica e reflexiva diante de suas escolhas, com base no conhecimento e respeito de suas experiências e valores.

Entretanto, em geral, como apontam Carlini-Cotrim (1991), Bucher (1991), Silveira Filho (1996), Lescher (1998), Albertini (1998) e outros, a prática escolar usual veicula, ainda, no espaço escolar, formas autoritárias e repressivas para abordar o tema, pois não são levados em consideração os valores, conhecimentos e experiências dos alunos. Nesse caso, o assunto geralmente é abordado de forma passiva, já que, através de um discurso de combate, são demonstrados aos jovens os malefícios advindos do consumo das drogas. Tal discurso proibitivo, estigmatizante e aterrorizante não tem privilegiado a capacidade de posicionamento dos jovens e, por vezes, pode, inclusive, contribuir para que eles desafiem a lei imposta, característica essa inerente à própria fase adolescente.

“... a escola deve ter o cuidado para não contribuir com qualquer forma de rotulação, discriminação ou marginalização do usuário eventual ou assíduo do uso de drogas. Além das óbvias razões humanitárias para proceder dessa maneira, não podemos esquecer que a escola, na figura de seus agentes institucionais, desempenha um importante papel na formação da identidade dos jovens. Uma ação desse tipo, vinda com o peso da autoridade de um agente socializador oficial como a escola pode ajudar a sedimentar no usuário o estigma de não pertencer, de ser diferente, de não ter espaço no universo, supostamente “higiênico”, do ambiente escolar. Estabelecida essa marca na identidade do jovem em formação, as possibilidades de alteração da situação tornam-se bem mais remotas.” (Albertini, 1998, p. 55)

Maior tarefa que educar para a passividade, através de discursos autoritários, seria fornecer subsídios aos adolescentes para o desenvolvimento da reflexividade no sentido de compreender suas motivações subjetivas e sociais para o

uso das drogas, bem como uma postura pessoal autônoma e responsável diante das próprias escolhas.

“A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres “vazios” a quem o mundo encha de conteúdos; não pode basear-se numa consciência espacializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como corpos conscientes e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo. Ao contrário da “bancária” a educação problematizadora, respondendo à essência do ser da consciência, que é sua intencionalidade, nega os comunicados e existência a comunicação. Identifica-se com o próprio da consciência que é sempre ser consciência de, não apenas quando se intenciona a objetos, mas também quando se volta sobre si mesma, no que Jaspers chama de “cisão”. Cisão em que a consciência é consciência de consciência.” (Freire, 1988, p. 67)

A princípio, as proposições dos PCN tendem a apontar para a necessidade de desenvolvimento de atividades escolares que extrapolem a mera transmissão de conhecimentos prescritos. Vistas por esse ângulo, priorizam a formação do cidadão tendo como referência a contextualização das intenções e motivações subjetivas, objetivando dar sentido aos processos sociais. Grande parte da literatura educativa, também, tem dado ênfase à formação do indivíduo como cidadão salientando a importância do desenvolvimento de atividades educativas que abranjam um fazer mais crítico, aberto às experiências particulares dos alunos. Algumas pesquisas têm contribuído para estudar a prevenção como tema transversal necessário à realidade do cotidiano escolar, já que se constitui como uma demanda social emergente. Entretanto, tradicionalmente a formação dos educadores brasileiros não contemplou e, ainda, muitas vezes, não contempla essa dimensão, não incluindo no currículo de formação de

professores conteúdos voltados para a formação política e para o tratamento de questões sociais. A concepção de formação sustenta-se, ainda, na maioria das vezes, épocas anteriores sustentou-se na crença da neutralidade do conhecimento e do trabalho educativo, concepção que já foi suficientemente criticada e que se encontra em fase de busca de superação¹¹. Os educadores, embora conscientes de seu novo papel, encontram-se despreparados para as novas ações que a demanda exige. A implementação do projeto educativo atual solicita um processo de mudança na formação dos educadores e, ao mesmo tempo, exige daqueles que já estão na prática educativa novo posicionamento, mesmo que não tenham sido preparados para isso. Portanto, é necessário reconhecer que as propostas dos PCN são pertinentes e ideais à formação do cidadão, podendo-se inserir nelas o tema da prevenção do uso indevido de drogas. Por outro lado é possível analisar que entraves de toda ordem não deixarão de existir em função de uma proposta que ofereça a visão múltipla do fazer educativo, sendo necessário que os educadores criem e recriem novas formas de inserção do tema à proposta pedagógica.

A questão que se coloca é de como a prevenção do uso indevido de drogas, como tema transversal necessário à formação do cidadão, pode ser contemplada no projeto educativo da escola. Por um lado ele pode estar assentado dentro das propostas dos PCN, mas como transcender à proposta escrita atingindo a efetividade pela ação?

Quando se perguntou aos professores participantes da pesquisa se

¹¹ Um conjunto de publicações da área, nos últimos cinco anos, reforça esta tendência: assinalam as rupturas na formação do professor e sugerem formas e processos de superação, a partir de pesquisas desenvolvidas no País. Ver em especial: Becker (1998), Goergen e Saviani - orgs - (1998), Candau -org.- (1998), bem como números especiais das revistas: Cadernos CEOES, v.44,1988; Revista da FAE/USP, V. 22, 1996 e Educação e Sociedade, n. 68,1999.

eles tinham conhecimento da proposta atual dos PCN, todos foram unânimes em dizer que seria contemplar temas transversais necessários à formação da cidadania. Ao se indagar sobre as medidas adotadas para trabalhar a prevenção do uso indevido de drogas, obteve-se de P1, P2 e P3 que este tema era abordado a partir do programa curricular, pois o tempo era insuficiente para estender o assunto. P5 apontou que vez ou outra, quando surge o assunto entre os adolescentes ele comenta algo. P4 e P6 afirmaram que abordam o assunto quando algum palestrante de fora faz atividades na escola e os alunos comentam em sala. Obteve-se, ainda, como resposta, por parte de alguns professores, que eles não abordam o assunto por não serem pagos suficientemente para extrapolar os conteúdos sistemáticos, estabelecidos pelo currículo escolar. Essa visão se constitui numa realidade pois, como comentado anteriormente, a formação dos professores, em sua grande maioria, não abarca a dimensão social da formação dos cidadãos. É interessante lembrar, que se os professores do ensino particular possuem tal visão, argumentando com base no salário recebido, o que dirão, então, alguns professores do ensino público que convivem com a realidade das drogas na escola e, como é de conhecimento geral, auferem salário ainda menos gratificante.

É possível perceber que, mesmo diante da proposta dos PCN, na realidade, algumas vezes, a ação educativa tem sido indevida. Portanto, é notório que não basta elaborar novas leis ou propostas educativas. Paralelo a isso é necessária uma nova concepção de mundo e de homem por parte dos educadores para que não só a lei, mas também a prática educativa adequada à realidade, sejam efetivadas.

4.2 A Aliança Escola-Família na Prevenção do Uso Indevido de Drogas

A modernidade encarregou a instituição escolar da responsabilidade de atender a programas de reforma social que nem sempre estão previstos em projeto. A mudança de localização das forças de socialização para a escola tem tido conseqüências no entendimento da ação educativa, na ampliação curricular e, principalmente, no papel dos professores. Por isso, uma das temáticas sociais enfrentadas hoje pelos educadores refere-se ao trato das possíveis intervenções dirigidas aos jovens, para prevenir o uso e/ou abuso de drogas.

Uma das estratégias utilizadas por profissionais da educação é a participação dos pais nas práticas escolares de seus filhos. Essa tendência, na atualidade, tem sido discutida por especialistas em educação. Enquanto alguns explicam-na como um *“apelo a um aprofundamento democrático baseado na participação”*, outros, mais conservadores, atestam que *“as funções dos sistemas escolares agredem às competências legítimas dos pais na orientação e na proteção de seus filhos.”* (Sacristan, 1999, p. 217)

Todavia, despreparada que está a escola para reagir a uma demanda de *“imperfeição social”* a que certamente ela é chamada a acudir, sua saída tem sido recorrer a essa remodelação de legitimidades, as quais têm sido entendidas como conseqüências das mudanças sociais e culturais que ocorrem nas sociedades e culturas pós-modernas.

Segundo Sacristan (1999):

“isso não é explicado somente pela esperança de constituir uma comunidade democrática em torno das escolas; por baixo desta tendência, pode estar a intenção tanto de ceder poder como o de não assumir responsabilidades.” (Sacristan, 1999, p.217).

Atualmente, em vários países, a participação dos pais nas escolas é estimulada pelos governos, como uma nova forma de legitimação, buscando redefinir e esclarecer outras formas de controle educacional. (Sacristan,1999) Entretanto, à parte as tendenciosidades ideológicas, é notório que o adolescente, estando numa fase de busca de identidade e auto-afirmação, necessita, para estruturar sua personalidade, de estar circunvolto de referenciais e limites coerentes e comuns. Já que essa construção gira em torno da família e da escola – pois são nelas que alguns, supostamente, passam a maior parte de suas vidas – o mais viável e sensato seria a união das forças de ambas em um eixo para executarem uma proposta comum, formando aí uma ponte.

Quando se perguntou aos adolescentes sobre **“quem deveria abordar a prevenção do uso indevido de drogas”**, a maioria dos entrevistados, de ambos os grupos, coloca que quem deveria iniciar a prevenção seriam os pais e quem deveria dar continuidade seriam os pais e a escola e que, ainda, os pais poderiam ser melhor preparados para abordar o tema com seus filhos pela própria escola. Acreditam que dividem o tempo de suas vidas entre família e escola, portanto as duas instituições deveriam se unir para que a prevenção fosse mais efetiva e coerente. A minoria dos adolescentes do grupo 2 relatou que a prevenção deveria ser feita somente pelos pais. Interessante perceber que essa minoria relatou experiências repressivas de prevenção na escola, não julgando ser viável sua interferência sobre o assunto. Os relatos da maioria dos alunos, referentes a tal pergunta, giraram em torno dos depoimentos abaixo:

“A prevenção deve ser iniciada em casa, com a família, os pais têm muita importância nisso, pois os valores que eles passam para a gente são importantes para a vida toda. O diálogo entre

pais e filhos é o mais importante, só que nem todos os pais têm abertura para falarem disto com os filhos, às vezes até fazem de conta que não sabem que os filhos usam drogas para não sofrerem ou porque não sabem o que fazer ou ainda espancam seus filhos quando ficam sabendo do uso. Acho que a escola entra aí, já que passamos muito tempo dentro dela, nossa vida é escola e casa. A escola poderia inclusive preparar os pais sobre o assunto, mas o que a gente vê é a escola chamando os pais para dizer que eles têm que fazer alguma coisa com seus filhos que usam droga; pode até não expulsar, mas a questão não é tratada em aberto. Sinto que a escola também não sabe o que fazer, aí passa a batata quente para frente, faz de conta que não tem nada a ver com isso. A família que se vire com seu filho drogado e, às vezes, os próprios pais têm problemas com drogas e a escola não sabe. O que deveria acontecer mesmo era uma união entre a família e a escola para se prevenir as drogas. Talvez, assim as coisas melhorassem.” (Fernanda, 15 anos, 1ªA, 06/12/00- Grupo 1)

"Acho que a família e a escola deveriam se unir para prevenir o consumo de drogas pelos adolescentes. A família, como é o primeiro contato que temos, deveria sempre ser a primeira e a escola deveria dar continuidade, já que passamos muito tempo dentro dela. Ela é para nós uma continuação de casa, ela é referência de educação. Às vezes, um aluno escuta muito mais os professores, dependendo dos pais que ele tem, do que os próprios pais. Por isto eu acho que a escola deveria se unir à família para ajudar na prevenção. Hoje em dia a gente só escuta falar sobre consumo de drogas por jovens, ficam dependentes com maior frequência. Se não houver união de família e escola na prevenção, este número vai aumentar cada vez mais. Só que a escola tem que se abrir mais para isto, trazer os pais para dentro da escola, não apenas para dar advertência para os alunos, ou para contar o que está errado e passar o problema para os pais resolverem sozinhos.”(Feliciana, 17 anos, 2ª A, 06/10/00- Grupo2)

Os relatos apontam para a importância da interação família - escola na prevenção. Retratam o despreparo de alguns pais para abordar o assunto, inclusive por serem, em alguns casos, também usuários de drogas. Abordam também despreparo da própria escola em intervir de forma adequada, seja na intervenção junto ao aluno, seja na orientação aos pais. As adolescentes percebem a falta de vínculos e integração família - escola no trato da questão, o descompromisso da escola na busca de soluções

e o autoritarismo frente ao assunto tanto por parte da escola quanto por parte de alguns pais, o que é confirmado por outros adolescentes.

"Acho que as escolas deveriam se preparar melhor para orientar os pais, pois nem sempre eles tem estudo suficiente para terem informações para passar para seus filhos, também existem casos que os pais têm estudo mas não sabem chegar junto para conversar, são envergonhados ou durões. Se a escola se preparasse para preparar os pais talvez a prevenção fosse mais eficiente." (Flor, 14 anos, 8ª A, 07/10/00- Grupo 1)

"Eu acho que toda prevenção deve ser começada com os pais, os principais responsáveis pela a educação dos filhos, porém a escola também deve ajudar, pois passamos muito tempo dentro da escola. Ela também é nosso referencial. A escola deveria estar mais aberta, inclusive para receber e orientar os pais em questões comol esta. Você sabe, têm muitos pais que são muito autoritários, não sabem conversar com seus filhos e, às vezes, são usuários também." (Fátima, 18 anos, 1º B, 07/10/00- Grupo 2)

"A escola tem papel fundamental na prevenção, deveria ajudar as famílias com relação à prevenção. Ou quem sabe alguns pais mais abertos não poderiam ajudar alguns professores a serem menos repressivos? Os pais devem ser os primeiros a darem base para nossa formação, mas a escola deve se empenhar também, não apenas repassar conteúdos. A gente fica, se bobear, mais tempo dentro da escola do que em casa." (Maurílio, 17 anos, 1º B, 24/10/00- Grupo2)

Pode-se dizer que dentro da concepção participativa as competências não são exclusividades, ou seja, as funções básicas dos professores, no que se refere ao desenvolvimento do ensino e da educação, podem ser complementadas e, às vezes, até supridas a partir do envolvimento dos pais, pois é certo que a função básica da educação não é eliminar as lacunas apresentadas.

“Esse componente cognitivo profissional é uma ferramenta para fazer valer a especificidade do grupo que o desempenha: os membros da profissão querem tê-lo e dizem possuí-lo com exclusividade, o que é mais verdadeiro em alguns casos do que em outros. Embora estejam bem-formados e tenham boa experiência dominaram aspectos que somente eles saberão utilizar, mas dificilmente poderemos dizer que são monopolizadores absolutos das habilidades de saber educar e ensinar, porque estas são pautas culturais muito compartilhadas.” (Sacristan, 1999, p. 222)

São muitos os questionamentos a respeito dessa situação. Um deles é a eliminação de conflitos explícitos e disfarçados com relação à aproximação professores-família, a outra é como evitar que essa demanda de participação dos pais no ensino e educação não represente discriminação para os que não podem participar. É evidente que nem sempre é possível levar todas as famílias para dentro da escola, dadas as dificuldades de toda ordem: cultural, econômica, social, etc., bem como os valores que serão apresentados por elas.

Quando se aponta para a aliança escola - família na prevenção do uso indevido de drogas, está implícita uma unidade social necessária à consolidação de forças mais integradas para o desenvolvimento de um projeto educacional que tem como mediação a formação para a cidadania. Nesse sentido, não é possível educação sistematizada sem a escola, pois esta possui um papel significativo e único para a formação do cidadão. Em contrapartida, a escola necessita do apoio e participação das famílias, já que toda criança está o tempo todo construindo os seus referenciais de identidade com base na educação familiar. O depoimento de P6 revela que:

“A gente percebe, na maioria das vezes que os pais estão mais presentes na escola quando o menino perde nota, não vai passar, aí eles querem saber o que está acontecendo, querem conversar

com o professor. O problema já está tão amplo que várias coisas têm que ser feitas. Eles, na maioria das vezes, encobrem o problema com outro problema e não querem perceber quando há o uso da droga, negam o problema, principalmente se tratando de classe média, pois supostamente o menino tem tudo que precisa. O pior de tudo é que algumas escolas e professores também não sabem enfrentar o problema, aí colocam a questão para os pais resolverem, não fazem nada, a escola várias vezes nega o problema.. A escola tem o costume de chamar os pais somente quando existe problema. Na escola pública já é um pouco diferente, o menino usa droga e todo mundo sabe, só não fazemos nada porque não queremos ou porque não sabemos o que fazer, ou às vezes fazemos tudo trocado, a escola não nos prepara para isto. Considero ser muito importante a participação dos pais na escola, até porque para a gente construir valores com esses meninos é necessário conhecer os valores das famílias, tem coisas que a gente não sabe. O pior é que ficam as famílias de lá pensando o que fazer, o que a escola pode fazer e nós de cá fazendo quase nada. ” (P6, 06/03/01)

Fica evidente no discurso de P6 a necessidade da escola preparar os professores para que eles possam fornecer subsídios às famílias e para que tenham claro para si qual é realmente o seu papel como educadores. Reforça a questão do despreparo tanto da escola particular quanto da escola pública para lidarem com o tema, colocando o problema, na maioria das vezes, apenas nas mãos dos pais. Revela também a necessidade de uma aproximação das famílias com a escola para que os professores tenham maior conhecimento dos seus valores, para daí proporem uma ação conjunta.

A grande questão que se coloca é com relação a quando, a como e quem irá começar este movimento.

Conforme sugere Sacristan (1999), na pós-modernidade essa situação está definindo-se num tipo de profissionalismo docente paternalizado e num paternalismo escolarizado.

As principais queixas de professores referentes a tal questão é que sentem dificuldades em saber estabelecer junto aos pais os limites de atuação de cada um, já que por muito tempo a escola, devido a sua concepção educativa de transmissora de conhecimentos, não precisou dos pais.

“Considero importante a participação dos pais na escola, porém a escola tem que ter claros quais são as funções de cada um, senão as coisas podem ser atropeladas, o professor por sua vez tem que ser preparado para lidar com isto, pois reinamos por muito tempo sozinhos na escola. A diferença é que a escola, anteriormente, apenas transmitia conhecimentos e agora ela se vê obrigada a tratar de temas que são sociais e sendo assim terá que entender que novo processo é este.” (P5, 06/12/00)

Todos os professores propõem que a escola deva fornecer maior preparação para que possam atuar de forma mais efetiva. Eles, nesse sentido, esperam que a demanda parta da escola, é possível perceber isso nos discursos dos seis professores entrevistados. Os relatos apontaram que:

“Sinto que é necessário que a escola faça alguma coisa, ela tem que nos preparar para essa nova demanda, pois não somos preparados. A gente faz uma coisinha ali e acolá, mas não é o suficiente, são ações isoladas. Na minha disciplina eu converso com os alunos, mas é de vez em quando, é necessário uma ação mais consistente.” (P5, 06/12/00)

O relato traduz a necessidade e a certeza de que é necessária maior preparação para os professores lidarem com o tema, pois têm agido de forma isolada, o que não julgam suficiente. Em contrapartida, quando perguntados sobre o que têm proposto no sentido de aprofundar o tema de forma consistente, todos os professores responderam que nunca propuseram nada e o que sempre fizeram foi trabalhar, vez ou

outra, com o tema, vinculando-o ao currículo prescrito. Parece notório que existe a consciência, por parte dos professores, da importância relativa ao tema, mas a inércia ainda prepondera.

Por outro lado, como aponta Sacristan (1999), a história da escolarização tem sido paralela à desfamiliarização. Isso significa que a família tem colocado nas mãos da escola o seu papel natural de educação, acreditando que sua responsabilidade pode ser suprida pela escola. Por sua vez, a escola, despreparada que está para lidar com a demanda, não tem encontrado subsídios necessários para construir junto com as famílias referenciais coerentes e efetivos para a educação dos jovens. Assim, a aliança escola-família solicita uma postura mais solidária que convide os pais a estarem *sendo-com* seus filhos e a escola *sendo-com* a comunidade.

Remetendo essa questão à teoria freireana, somente no libertar-se da concepção bancária de educação é que se pode construir, desconstruir e reconstruir algo novo junto com a humanidade. Denomina-se educação bancária aquela que só deposita conhecimentos, ou seja, prescreve o necessário, não dá vazão à humanização dos homens, no sentido de construírem juntos um novo paradigma. A educação libertadora, ao contrário, cede espaço para os homens se humanizarem através das relações, não pensa o homem apenas no mundo, mas o homem com o mundo e por isso ela transforma o ser num cidadão. A dicotomia homem-mundo, nessa concepção, é inexistente e é por isso que ela acredita que a educação não se dará no isolamento, mas na aproximação das pessoas histórico-culturais que fazem parte do processo educativo. A educação libertadora, ou transformadora, não opta por uma paz social falsa, ela convoca os conflitos para que, através de sua explicitação, possa revolucionar a ordem e recriar os significados de um determinado fenômeno. Talvez, pensando sob

esta ótica e ética, é que será possível estabelecer laços entre as principais instâncias educacionais nas quais a criança ou o jovem convive, conseguindo então atingir o objetivo de sua formação para a cidadania.

4.3 Prática Escolar: a escola não sabe do que a gente precisa!

No que se refere à prevenção do uso indevido de drogas, adolescentes e escola têm vivenciado direções opostas. As perguntas feitas à Diretora, à Supervisora, aos professores e aos alunos podem revelar as percepções diferenciadas em relação à prevenção. Todas as perguntas aqui tratadas foram feitas com a intenção de avaliar como a escola tem atendido a uma demanda real apresentada pelos adolescentes.

Para a questão: **“O que a escola tem feito em relação à prevenção do uso indevido de drogas por adolescentes?”** foram encontradas respostas que denotam um grande desencontro entre aquilo que a escola oferece e o que os alunos indicam como desejo e/ou necessidade.

Diretora:

“Às vezes. promovemos palestras para os adolescentes e família, os professores têm que acompanhar sua turma para discutir com os alunos depois. Sempre vêm especialistas de fora dar palestras para eles. O problema é que nem sempre as pessoas abordam de forma eficaz o problema, a gente percebe que fica algo a desejar. Tem vezes que a gente sente os palestrantes mais despreparados que a gente mesmo.” (Diretora Z, 06/10/00)

Supervisora:

“É muito importante a prevenção na escola, os meninos precisam muito. Precisamos conscientizá-los a respeito das drogas. Sempre chamamos alguém para falar, apesar que eles não prestam muita atenção, parece que não gostam de palestras para tratar de assunto que é do interesse deles mesmos. Eles têm curiosidade, mas na hora não participam, com alguns mais rebeldes temos que fazer valer a disciplina para eles participarem. Mexer com adolescente, você sabe, não é fácil.” (Supervisora F, 06/10/00)

Professor:

“A gente fala uma coisa ou outra, nada de muito organizado ou preparado, tentamos responder algo que os alunos necessitam, alguma dúvida. A escola, às vezes, traz pessoas de fora para falar para eles.” (P1, 06/10/00)

Adolescentes:

“A escola chama uns palestrantes chatos para falar tudo que a gente já sabe: droga mata, droga é isto, droga é aquilo, droga dá cadeia, maconha emburrece, só que antes de emburrecer ela dá prazer e se a gente falar isto é capaz de chamar nossos pais porque acham que a gente é usuário. Estas palestras não ajudam em nada, é um saco participar desta falação, só falam dos danos no organismo e a gente fica escutando. Estas palestras chatas não estão com nada. O pessoal da escola que está com a gente o tempo todo, professores, supervisora, diretora, a maioria não sabe conversar com a gente. Acham que tudo é na base da pressão. A escola não sabe do que a gente precisa.” (Messias, 15 anos, 1ºB, 04/10/00- Grupo 1)

“ A escola não faz, ela manda fazer. Acontecem umas palestras chatas falando do mal que a droga provoca, a gente está cansado de saber dessas coisas. Acho que isso não adianta, pois mesmo já sabendo desses efeitos , desses prejuízos muita gente usa. A coisa não deveria ser assim, penso eu. A escola não se prepara aí fica tercerizando serviços que nem sempre são bons para nós.” (Messias,, 15 anos, 1º B, 04/10/00- Grupo 2)

A escola, nas figuras da diretora, supervisora e professor, percebe a necessidade de se abordar o tema, porém coloca a responsabilidade nas mãos de pessoas de fora do contexto real vivenciado pelos alunos, apela para palestras que abordam a droga de forma repressiva. Professores e alunos devem participar para depois comentarem sobre o assunto, tal participação é feita de forma arbitrária tanto para alunos quanto para professores. Não há sensibilização para nenhuma das partes se envolverem na proposta, como também não há trabalho efetivo desenvolvido pela própria escola. O tema somente é abordado a partir de demandas externas.

Os alunos, dos dois grupos, por sua vez reclamam das palestras vindas de fora, pois as percebem, na maioria das vezes, inúteis para suas vidas, já que são totalmente desvinculadas de sua realidade concreta. Apontam para a falta de envolvimento da comunidade escolar, assim como realça o despreparo da escola para abordar, pois a estratégia utilizada para lidar com a verdade é a repressão.

"O que a escola faz ao perceber o uso de drogas pelo adolescente?"

Com relação a esta pergunta foram obtidas as respostas:

Diretora:

"Nós não expulsamos, assim como fez aquela escola Parque do Rio (Revista Veja, Maio, 2001). Acho aquilo um absurdo, a questão tem que ser discutida. Nós chamamos os pais e falamos o que estamos percebendo para que eles possam tomar mais cuidado e perceberem o que é possível fazer pelo filho. Mas isto é um caso muito raro. Às vezes a gente percebe um ou outro com um comportamento mais estranho, mas é muito difícil, não temos tantos casos." (Diretora Z, 21/05/01)

Supervisora:

“Nós chamamos os pais para tomarem conhecimento, conversamos com o aluno, às vezes o advertimos se o uso for dentro da escola, tentamos orientá-lo dentro de nossas possibilidades.” (Supervisora F, 06/10/00)

Professor:

“Geralmente, se a gente tem intimidade com o aluno, chama a atenção, conversa, alerta sobre os perigos. Quando o caso é mais grave a gente passa para a diretoria.” (P3, 06/10/00)

Adolescentes:

“Do jeito que fazem para mim significa fazer nada, pois não se interessam com o aluno de carne e osso. Batem um papo meio que careta, falando do mal que a droga provoca e aí chamam os pais se perceberem que a gente está estranho. Tem carinha que quando o pai e a mãe ficam sabendo, levam uma surra, ficam sem a mesada como castigo. O que isso tem a ver com educação? O cara vai ficar revoltado e usa mais ainda. Nem a escola, nem os pais estão preparados para conversarem sobre drogas.” (Francislene, 17 anos, 1º A, 07/10/00- Grupo 1)

“O cara paga o maior "mico", pois todo mundo fica sabendo. A diretora chama os pais para falar do fato ou da suspeita. Depois disto é que o cara usa mais ainda para mostrar para o grupo que aquilo tudo foi "paia" demais. Acho que o negócio da escola é mesmo só ensinar o ABC e pronto.” (Matusalém, 13 anos, 8ª A, 07/11/00- Grupo 1)

“O pessoal da escola não sabe quantos usuários de maconha tem aqui, acham que somos classe média e por isto não tem usuário aqui, estão totalmente enganados, acham que sabem detectar os usuários. O pior é que quando conseguem realmente identificar abafam o assunto, chamam os pais e passam a “batata quente” para frente, não fazem nada. O coitado fica tão discriminado que acaba saindo do colégio. Fora maconha, têm aqueles que bebem até morrer, vivem de ressaca, bebem cerveja todos os dias, acho que têm muita chance de desenvolverem o alcoolismo, no entanto

a escola não tem feito nada, a não ser estas palestrinhas bobas que o pessoal de fora vem fazer de vez em quando. A escola não conhece as necessidades dos seus alunos, acha que é só repassar conteúdo para a gente passar no vestibular, principalmente quando a gente chega no ensino médio, aí que é só conteúdo e prova mesmo.” (Manoel, 16 anos, 2º A, 04/10/00-Grupo2)

"A única coisa que fazem é advertir os alunos, chamam os pais, falam que o rendimento está ruim. Não se preocupam de fato com a gente, preocupam é com a fama, com o nome da escola e com a gente passar no vestibular. A escola ter aluno usuário não é uma boa." (Malaquias, 15 anos, 1ºB, 08/11/00- Grupo 2)

A escola ainda insiste na concepção repressiva de educação acreditando que advertindo o aluno e convocando os pais para repassar o problema, estaria cumprindo sua cota de responsabilidade. Os relatos da diretora e da supervisora sustentam uma concepção que falseia a verdade, encobrem a realidade dos fatos e ao mesmo tempo tentam demonstrar que algo está sendo feito para beneficiar os alunos e a família. Na realidade, apenas repassam o problema para a família e não se envolvem na questão, o que pretendem é eliminar o fato de forma sutil. Os professores por sua vez, acreditam estar contribuindo quando chamam a atenção dos alunos e os encaminham à diretoria, para a solução da questão.

Os relatos dos alunos, que revelam a percepção da maioria dos adolescentes entrevistados, em contrapartida, apontam o desconhecimento da escola em relação à realidade do uso de drogas entre os adolescentes, sejam drogas lícitas e/ou ilícitas. Apontam também para o desinteresse e despreparo da escola diante da orientação e encaminhamento dos alunos usuários e seus familiares. O trabalho de prevenção feito pela escola é superficial, não havendo envolvimento, de fato, com a questão junto aos pais. Os adolescentes ainda relatam que o interesse dela estaria

mais voltado em preparar os alunos para o vestibular do que lidar com as necessidades apresentadas pelos próprios alunos.

Outra questão provocativa foi feita também aos entrevistados: **“Você percebe alguma relação entre prevenção do uso indevido de drogas na escola e qualidade no processo de aprendizagem?”**

Diretora:

“Nunca fiz esta relação, pois aqui não temos casos, um ou outro, muito raramente, é chamado na diretoria devido ao uso, mesmo assim quando acontece notamos que o aluno já vem sob o efeito. Não há espaço para eles usarem na escola, a vigilância é muito rígida, temos disciplinários o tempo todo acompanhando os alunos e como lhe disse assim que percebemos chamamos o aluno e também comunicamos aos pais.” (Diretora Z, 21/05/01)

Supervisora:

“É claro que o uso da droga diminui a capacidade de aprendizagem, de concentração etc., mas os nossos alunos não demonstram usar drogas no sentido de comprometer a aprendizagem e o rendimento deles.” (Supervisora F, 21/05/01)

Professores:

“Com certeza, a gente que está na sala de aula nota o aluno que está produzindo e aquele que o rendimento está caindo. O aluno que utiliza qualquer tipo de droga fica mais disperso, desconcentrado, agitado e às vezes lerdo. É notável. Aqueles que

usam maconha, geralmente, dormem muito em sala, a gente tem que ficar chamando o tempo todo para ele se ligar." (P4, 06/10/00)

"A gente suspeita, muitas vezes, que a queda do rendimento tem a ver com o uso, a sonolência e o desinteresse de alguns, mas não é nada comprovado. Como a gente vai abordar esse menino para saber se ele usa droga? É lógico que ele não vai falar." (P5, 06/10/00)

Adolescentes:

"Dá para fazer relação, por exemplo: eu tenho colegas que chegam de ressaca toda segunda-feira porque encheram a cara no domingo, é bebida alcoólica, é maconha, "o diabo a quatro", eles usam de tudo. É lógico que desse jeito não dá para prestar atenção na aula, a cabeça está estourando, não dá para ter paciência para escutar nada. Sem contar o sono que sentem. Também depois da aula, tem muito cara que fica aqui no boteco do lado tomando umas, antes de fazer o simulado que é à tarde. Só que a escola não se dá conta e também acham que só droga ilícita que é droga. A escola podia muito bem falar dessas coisas em aula, os professores poderiam estar ensinando isto também. Daqui a pouco esses caras viram alcoólatras e não se dão conta." (Fabiana, 17 anos, 3º A, 04/10/00- Grupo 1)

"Toda a relação, na 2ª feira, principalmente é que dá para ver o pessoal baqueado. Há muitos que usam bebidas alcólicas e maconha no final de semana, aí chegam derrubados na 2ª, não dão conta nem de ouvir o professor, principalmente se ele falar alto. Parece que o mundo nem existe para eles. Esses caras precisam sair desta, eu saí a tempo, bicho." (Miguel, 16 anos, 3ºA, 08/11/00- Grupo 1)

"Com certeza, pois os caras que usam a maconha, e não são poucos, só dormem em sala, nem sabem o que a professora está falando. Na prova afundam mesmo. A escola faz de conta que não vê, pois não falam nada. Deixa o povo dormir, quando muito chamam os pais." (Manoel, 16 anos, 2º A, 04/10/00- Grupo 2)

"Nossa, toda a relação, quando a galera começa a usar droga eles só pensam nisto, em mais nada. Não estão nem aí para mais nada, nem sabem o que o professor está falando, ficam vegetando. Tem uns que olham para a cara do professor, mas não estão escutando nada, eles mesmos falam." (Flávia, 15 anos, 1ºB, 04/10/00- grupo 2)

É interessante perceber no discurso da diretora a sua necessidade de encobrir o real, de demonstrar que não há casos explícitos de uso de drogas na escola. Relata estar sempre atenta ao que está acontecendo e que, quando os propósitos da escola escapam do controle, imediatamente, é criada a solução. Porém, a solução do problema está numa equação que a família deve resolver, a responsabilidade da escola se reduz a comunicar o fato aos pais. Já a supervisora acredita que os alunos não utilizam drogas a ponto de comprometer a qualidade do processo de aprendizagem. Os professores, no entanto, demonstram que lidam no cotidiano com alunos que denotam queda de rendimento, supostamente, devido ao uso, porém não têm enfrentado a situação de forma mais efetiva, na maioria das vezes, apenas cobram dos alunos maior participação em sala de aula. Como a adolescente Fabiana coloca, muitos de seus colegas utilizam o boteco ao lado da escola para consumirem o álcool, enquanto esperam o horário de aula. A adolescente aponta, também, para o fato da escola não considerar que o consumo do álcool é consumo de droga. A atitude de negligenciar o uso do álcool recai naquela concepção de combate, anteriormente discutida. No relato dos adolescentes, pode-se evidenciar que, na sua percepção, o consumo de drogas tem prejudicado a qualidade da aprendizagem, porém a escola não tem se dado conta do fato ou, pelo que parece, prefere colocar uma venda nos olhos a enfrentar a situação real.

Os jovens entrevistados se mostram insatisfeitos e perplexos com as omissões da escola, desejam o estabelecimento do diálogo nas relações. O tempo todo apelam para a introdução de conteúdos importantes que estejam relacionados com a realidade em que vivem. Conhecem as suas necessidades e demonstram saber o que querem da escola e também as lacunas que ela apresenta. Nesse sentido, pode-se entender que, quando se fala, hoje, que a droga invadiu a escola e que ela tem se revelado sua grande inimiga, talvez a escola esteja, em parte, equivocada, pois, muitas vezes, seu projeto educativo também demonstra ser inimigo dos alunos. A droga em si é apenas um objeto, o que é mais importante é começar desde cedo a ampliar as percepções dos alunos para eles serem capazes de discernir qual a relação que podem estabelecer com as drogas. A questão, enfrentada de frente, sem sutilezas, parece ser a estratégia mais adequada para contribuir para o posicionamento do jovem em relação ao uso e/ou abuso. O enfrentamento dessa questão é, sobretudo, cultural e para a escola lidar com o problema seria, certamente, mais interessante, em primeiro lugar, tirar as vendas dos olhos para o fato e, em segundo, assumir a tarefa, não de exterminar as drogas, mas de construir um capital cultural e social fecundo para que os jovens ampliem suas percepções e passem a ter posicionamentos e repertórios criativos para forjarem os conflitos existenciais ao invés de se entregarem às soluções mágicas da droga. Isso implica, no entanto, em uma mudança de ponto de vista no trabalho com os adolescentes, no sentido de os perceberem como atores sociais, capazes de alterar a realidade. Assim, a escola estaria convergindo com as reais necessidades apresentadas pelos jovens: ao contrário de silenciá-los, convidá-los-ia a respostas críticas diante da vida.

“As sociedades a que se nega o diálogo – comunicação – e, em seu lugar, se lhes oferecem “comunicados”, resultantes de compulsão ou “doação”, se fazem preponderantemente “mudas”. O mutismo não é propriamente inexistência de resposta. É resposta a que falta teor marcadamente crítico.” (Freire, 1999, p. 77)